



Demonstrações Financeiras

Austral Resseguradora S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório da Administração da Austral Resseguradora S.A.	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Parecer dos atuários auditores independentes	57

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Austral Resseguradora S.A. (“Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Austral Re é um ressegurador local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram nesse ano R\$492,4 milhões, enquanto os prêmios ganhos atingiram R\$485,0 milhões. O índice de sinistralidade geral ficou em 88,9% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro). Destacam-se os ganhos de escala e eficiência que já levaram o índice de despesa administrativa ao patamar de 3,3% em relação ao prêmio ganho. O lucro antes de impostos e participações foi de R\$35,8 milhões enquanto o lucro líquido do ano atingiu R\$25,8 milhões. Nosso índice combinado atingiu 100,0%, e ao final do ano, o patrimônio líquido da Austral Re, era de R\$282,3 milhões.

A política de investimentos da Austral Re, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$37,4 milhões. Os Administradores declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Austral Resseguradora planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

A Companhia, como parte de sua política de reinvestimentos dos lucros, pretende reinvestir parte do lucro líquido no próprio negócio. De acordo com o Estatuto Social da Austral Re, aos seus acionistas é assegurado o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Relatório da Administração--Continuação

Por fim, a Austral Re, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	876.362	787.916
Disponível	46.743	34.699
Caixa e bancos	46.743	34.699
Aplicações (Nota 6)	259.455	304.139
Títulos de renda fixa - públicos	187.329	243.741
Quotas de fundos de investimentos	63.372	60.398
Aplicações no exterior	8.754	-
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	316.937	254.699
Operações com seguradoras	239.630	194.979
Operações com resseguradoras	77.307	59.720
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	225.352	175.355
Prêmios de retrocessão diferidos	78.674	87.787
Sinistros com retrocessão	117.038	69.304
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	28.852	15.849
Provisão de excedente técnico	788	2.415
Títulos e créditos a receber	22.316	14.453
Créditos a receber	4.472	2.455
Créditos tributários (Nota 10)	17.790	11.936
Outros créditos	54	62
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	5.559	4.571
Comissões diferidas com resseguros	5.559	4.571
Não circulante	119.318	79.589
Realizável a longo prazo	115.780	78.671
Aplicações (Nota 6)	83.013	38.352
Títulos de renda fixa - públicos	83.013	38.352
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	9.727	13.908
Operações com seguradoras	9.512	13.908
Operações com resseguradoras	215	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	22.772	26.204
Prêmios de retrocessão diferidos	14.025	19.404
Sinistros com retrocessão	8.747	6.800
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	268	207
Comissões diferidas com resseguros	268	207
Imobilizado (Nota 12)	443	497
Bens móveis	443	497
Intangível (Nota 13)	3.095	421
Outros intangíveis	3.095	421
Total do ativo	995.680	867.505

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo		
Circulante	662.958	526.822
Contas a pagar	7.537	7.186
Obrigações a pagar	5.460	5.283
Impostos e encargos sociais a recolher	1.031	1.036
Encargos trabalhistas	724	543
Impostos e contribuições	322	324
Débitos das operações com resseguros	157.458	133.244
Prêmio a restituir	2.826	1.221
Operações com seguradora	456	67
Operações com resseguradoras (Nota 14)	142.722	122.886
Corretores de seguros e resseguros	7.344	6.837
Outros débitos operacionais	4.110	2.233
Depósito de terceiros	869	143
Depósitos de terceiros	869	143
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	497.094	386.249
Provisão de prêmios não ganhos	170.599	154.439
Provisão de sinistros a liquidar	216.160	143.281
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	106.080	80.987
Provisão de excedente técnico	4.255	7.542
Não circulante	50.428	58.108
Contas a pagar	9.830	7.330
Tributos diferidos	9.830	7.330
Débitos das operações com resseguros	9.310	13.019
Operações com resseguradoras (Nota 14)	9.261	13.004
Corretores de seguros e resseguros	49	15
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	31.288	37.759
Provisão de prêmios não ganhos	20.464	24.683
Provisão de sinistro a liquidar	10.824	13.076
Patrimônio líquido (Nota 17)	282.294	282.575
Capital social	220.179	220.179
Aumento de capital em aprovação	14.289	-
Reserva de capital	2.431	2.273
Reservas de lucros	44.948	60.216
Ajuste com títulos e valores mobiliários	447	(93)
Total do passivo e patrimônio líquido	995.680	867.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmios de resseguros	492.411	401.939
Variações das provisões técnicas	(7.377)	(7.773)
Prêmios ganhos (Notas 20 e 22.a)	485.034	394.166
Sinistros ocorridos (Nota 22.b)	(431.193)	(298.713)
Custos de aquisição (Nota 22.c)	(9.605)	(9.891)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22.d)	(31.419)	16.191
Resultado com retrocessão (Nota 22.e)	(2.903)	(73.390)
Despesas administrativas (Nota 22.f)	(15.801)	(14.000)
Despesas com tributos (Nota 22.g)	4.335	(6.286)
Resultado financeiro (Nota 22.h)	37.368	36.897
Ganho ou perdas com ativos não correntes	2	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações	35.818	44.974
Imposto de renda (Nota 18)	(3.771)	(4.178)
Contribuição social (Nota 18)	(2.644)	(4.586)
Participações sobre o lucro (Nota 18)	(3.563)	(2.421)
(=) Lucro líquido do exercício	25.840	33.789
Quantidade de ações	222.441.240	211.100.409
Lucro por ação		
Básico - lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,12	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido no exercício	<u>25.840</u>	<u>33.789</u>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	981	4.097
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(441)	(1.844)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	540	2.253
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos dos impostos	<u>26.380</u>	<u>36.042</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	209.479	10.700	1.962	3.797	42.795	(2.346)	-	266.387
Aumento capital social (Nota 17.a)	10.700	(10.700)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	33.789	33.789
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	311	-	-	-	-	311
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	2.253	-	2.253
Proposta para distribuição do resultado								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.690	-	-	(1.690)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	11.934	-	(11.934)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(20.165)	(20.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	220.179	-	2.273	5.487	54.729	(93)	-	282.575
Aumento capital social em aprovação (Nota 17.a)	-	14.289	-	-	-	-	-	14.289
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.840	25.840
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	158	-	-	-	-	158
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	540	-	540
Proposta para distribuição do resultado								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.292	-	-	(1.292)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 17.b)	-	-	-	-	5.440	-	(5.440)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(19.108)	(19.108)
Distribuição dividendos (Nota 17.c)	-	-	-	-	(22.000)	-	-	(22.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220.179	14.289	2.431	6.779	38.169	447	-	282.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.840	33.789
Ajustes para		
Ganho na alienação de imobilizado	(2)	-
Depreciações e amortizações	1.041	395
Incentivo baseado em ações	158	311
	27.037	34.495
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	563	(17.354)
Créditos das operações com resseguros	(58.057)	2.953
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	(46.565)	(25.578)
Ativo fiscal diferido	2.500	1.698
Títulos e créditos a receber	(7.863)	(1.541)
Custos de aquisição diferidos	(1.049)	663
Impostos e contribuições	(1.626)	9.642
Débitos das operações com resseguros	20.505	(5.902)
Contas a pagar	(15.884)	(3.390)
Provisões técnicas com resseguradoras	104.374	41.119
Depósito de terceiros	726	(114)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.247)	(10.195)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.414	26.496
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	2	-
Aquisição de imobilizado	(87)	(251)
Aquisição de intangível	(3.574)	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.659)	(254)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em aprovação	14.289	-
Pagamento de dividendos	(22.000)	(18.602)
Caixa líquido gerado pelas (consumido) atividades de financiamento	(7.711)	(18.602)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	12.044	7.640
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.699	27.059
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	46.743	34.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para Austral Resseguradora S.A. operar com resseguros e retrocessão.

Em 6 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser a acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 5 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A..

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Resseguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas, com base nesse princípio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e suas alterações dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508, emitida em 9 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Resseguradora em 26 de fevereiro de 2018.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Resseguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de resseguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Resseguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

l) *Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

II) *Títulos disponíveis para venda*

A Resseguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) *Recebíveis*

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação à qual a deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente, e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento ressegurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de expertise, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. Dessa forma, parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado decorre do padrão de emissão acima exposto.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos e passivos de retrocessão--Continuação

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação, e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro e retrocessão da Companhia.

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de resseguro e conversão das demonstrações financeiras, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de resseguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de retrocessão, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro. As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguro, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, conforme especificado a seguir:

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos. Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro e a exposição ao risco de cada contrato em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG--Continuação

A parcela de provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é estimada apenas para os contratos facultativos, utilizando uma metodologia de taxas médias de atraso verificadas na carteira. Esse fator de atraso médio subjetivamente selecionado é aplicado sobre a provisão de prêmio não ganho - PPNG de riscos já emitidos para obtenção da provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE. Essa metodologia de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa enviada pela cedente para o valor a ser pago pela Companhia ajustada à experiência de mercado e, nos casos de sinistros avisados de forma individual, à avaliação feita pela regulação da Companhia do valor informado pela cedente.

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR

Tem como objetivo estimar a responsabilidade perante os sinistros já ocorridos, porém ainda não conhecidos.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados é calculada por tipo de contrato, seguindo uma analogia a metodologia de percentuais padrões definidos na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015. Entretanto, a Companhia utiliza metodologias diferentes para alguns tipos de contratos/linhas de negócio com características específicas de forma a melhor refletir a expectativa de IBNR para esses casos.

Provisão de excedente técnico - PET

Tem como objetivo provisionar os valores devidos de acordo com o resultado do contrato. Neste conceito estão incluídos os pagamentos de participação nos lucros (*profit commission* e no *claims bonus*) e comissão escalonada (*sliding scale*). O cálculo desta provisão é efetuado por contrato na data de apuração destes valores e de acordo com o critério específico estabelecido em cada contrato.

A provisão destes valores será ajustada ou revertida à medida que tais valores sejam confirmados com a cedente ou retrocessionário ou efetivamente pagos ou recebidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

Grupos	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	14	24	8	24
Riscos especiais	12	15	1	13
Responsabilidades	12	23	6	19
Automóvel	12	35	12	24
Transportes	12	20	10	22
Riscos financeiros	36	47	36	48
Pessoas coletivo	12	23	5	17
Rural	6	18	6	17
Outros	15	23	9	19
Marítimos	12	23	12	25
Aeronáutico	12	22	7	24

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o intangível para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o intangível e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o intangível gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento do softwares e contratos.
- Os gastos atribuíveis durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido também na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo -TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data-base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com as informações presentes no mercado financeiro.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Teste de adequação de passivo -TAP--Continuação

Em resumo, o teste de adequação de passivo compara os fluxos de caixa estimados que venham a surgir no cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes do cumprimento dos contratos de resseguro, com as provisões constituídas na data-base, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados.

A Companhia elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste, agrupando os contratos de resseguro pelos grupos de ramos estabelecidos na regulamentação vigente.

Para a composição do teste de adequação de passivo na data-base de 31 de dezembro 2017, a Resseguradora dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que passou a assumir contratos com vários países a partir do segundo semestre de 2017. Em 31 de dezembro 2017, além das moedas real e dólar, a Resseguradora apresenta contratos emitidos em mais seis moedas na América do Sul e Europa.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa operadas em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, ambas disponibilizadas no site da SUSEP.

Para os fluxos financeiros calculados nas demais moedas em que opera, e uma vez que a SUSEP não dispõe de curvas cambiais específicas para cada uma delas, a Resseguradora optou por utilizar uma ETTJ estimada para cada moeda individualmente. A partir dessas estimativas, todos os fluxos puderam ser trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto referente especificamente a sua moeda de emissão.

Os testes de adequação de passivo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída (deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados) com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os prêmios emitidos de resseguro contemplam o total de prêmios a receber pactuado nos contratos de resseguro celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes que venham a surgir, no período contábil, para prêmios a receber com relação a emissões de períodos contábeis anteriores, em conformidade com a informação enviada pelas seguradoras.

A partir do exercício de 2014, a Companhia iniciou o reconhecimento da parcela de prêmios relativa aos riscos vigentes e não emitidos - Prêmio RVNE tendo em vista que passou a ter uma base histórica de prêmios mais consistente de forma a efetuar uma estimativa do valor do Prêmio RVNE de forma confiável. Os prêmios emitidos de retrocessão contemplam o total de prêmios a pagar pactuado nos contratos de retrocessão, celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes de períodos anteriores, de forma consistente com os prêmios de resseguro que foram objeto de retrocessão.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Resultado por ação

Em atendimento ao pronunciamento CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ações preferenciais. O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuível ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da Companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

r) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio na data de aquisição. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente--Continuação

O CPC nº 47 (IFRS 15) - Receita de contratos com clientes: o CPC emitiu em maio de 2014 o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergiu para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos (“full ou modified retrospective approach”). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. A IFRS 15 foi aprovada pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Companhia.

O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, não havendo qualquer esforço para eventual adoção antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--
Continuaçãoa) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro dos ramos em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR, provisão de despesas relacionadas - PDR e provisão de excedente técnico - PET.

As provisões técnicas da Resseguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

Os sinistros são analisados pelo comportamento histórico da base e pela expectativa de perda total da carteira, podendo ser analisados em maiores detalhes por linha de negócio e tipo de sinistro. Grandes sinistros serão, em geral, analisados separadamente, através da constituição de reserva pelo valor nominal das estimativas de perda ou por meio da projeção separada para refletir o seu comportamento futuro.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas poderão não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações de seguro e retrocessão. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de resseguro

O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes saudáveis e prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuaçãob) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Resseguradora possui negócios apenas com resseguradores bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (Baa1) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Resseguradora possui exposição de R\$6.397 em 31 de dezembro de 2017 e R\$6.668 em 31 de dezembro de 2016, com negócios aceitos em resseguro, tendo como contraparte sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada em conformidade com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Resseguradora. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, foi desenvolvido um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário à posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 88% (84% em 31 de dezembro de 2016) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 8% (8% em 31 de dezembro de 2016) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazo de resgate até 120 dias.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2017		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Caixa e bancos	46.743	-	46.743
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	245.775	13.680	259.455
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.013	-	83.013
Crédito das operações de resseguros	316.937	9.727	326.664
Títulos e créditos a receber	22.316	-	22.316
Total de ativos	714.784	23.407	738.191
Contas a pagar	7.537	9.830	17.367
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	271.742	8.516	280.258
Depósito de terceiros	869	-	869
Débitos das operações de resseguros	157.458	9.310	166.768
Total de passivos	437.606	27.656	465.262

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2016		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Caixa e bancos	34.699	-	34.699
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	276.529	27.610	304.139
Ativos financeiros disponíveis para venda	38.352	-	38.352
Crédito das operações de resseguros	254.699	13.908	268.607
Títulos e créditos a receber	14.453	-	14.453
Total de ativos	618.372	41.518	660.250
Contas a pagar	7.186	7.330	14.516
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	210.894	11.555	222.449
Depósito de terceiros	143	-	143
Débitos das operações de resseguros	133.244	13.019	146.263
Total de passivos	351.467	31.904	383.371

f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk* - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,13% do patrimônio da carteira ou 0,25% com nível de confiança de 99%. A Resseguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Fatores de risco	Cenário A (**)		Cenário B (**)		Impacto no resultado antes dos impostos
	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	
Inflação	+300 bps ^(*)	(22.880)	Inflação	-300 bps ^(*)	22.880
Câmbio	+10%	5.930	Câmbio	-10%	(5.930)
Total		(16.950)	Total		16.950

(*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado pela Companhia em cada período. Para realizar um teste de sensibilidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo observado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Grupo	31 de dezembro de 2017	
	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	4.574	1.519
Riscos especiais	563	28
Responsabilidades	484	214
Automóvel	1.600	1.599
Transportes	2.573	570
Riscos financeiros	2.134	342
Pessoas coletivo	5.155	4.112
Rural	1.954	1.968
Outros	19.182	18.936
Marítimos	3.316	632
Aeronáutico	1.544	435
Total	43.079	30.355

Grupo	31 de dezembro de 2016	
	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	3.969	1.840
Riscos especiais	797	304
Responsabilidades	205	138
Automóvel	999	1.018
Transportes	3.197	1.343
Riscos financeiros	296	82
Pessoas coletivo	1.964	850
Rural	1.596	1.558
Outros	17.035	16.939
Marítimos	240	533
Aeronáutico	393	29
Total	30.691	24.634

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da resseguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2017 seria um aumento de despesas no montante de R\$18.145 (R\$13.805 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2017									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual Contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado									
Letras financeiras do tesouro - LFT									
	SELIC	-	115.301	72.028	-	187.329	187.321	55%	55%
	Depósito a prazo no exterior	8.754	-	-	-	8.754	8.754	3%	3%
	Quotas de fundos de investimentos	63.372	-	-	-	63.372	63.372	18%	18%
II. Títulos disponíveis para venda:									
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	13.380	69.633	83.013	82.203	24%	24%
Total		72.126	115.301	85.408	69.633	342.468	341.650	100%	100%

31 de dezembro de 2016									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT									
	SELIC	-	26.423	165.967	-	192.390	192.430	56%	56%
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	51.351	51.351	50.107	15%	15%
	Quotas de fundos de investimentos	60.398	-	-	-	60.398	60.398	18%	18%
II. Títulos disponíveis para venda:									
	Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	3.932	34.420	38.352	38.523	11%	11%
Total		60.398	26.423	169.899	85.771	342.491	341.458	100%	100%

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

b) Hierarquia de valor justo--Continuação

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos para negociação						
Fundos de investimento						
Quotas de fundos de investimentos	17.360	46.012	63.372	-	60.398	60.398
Títulos de renda fixa - privados						
Depósito a prazo no exterior	-	8.754	8.754	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	187.329	-	187.329	192.390	-	192.390
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	51.351	-	51.351
II. Títulos disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	83.013	-	83.013	38.352	-	38.352
Total	287.702	54.766	342.468	282.093	60.398	342.491

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 1.010 (2.893 em 31 de dezembro de 2016) Letras financeiras do tesouro - LFT, que somam R\$9.376 (R\$24.420 em 31 de dezembro de 2016), disponibilizadas ao Banco Itaú S.A. como contra garantia a uma carta de crédito.

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2015	275.262	47.621	322.883
(+) Aplicações	75.177	66.835	142.012
(-) Resgates	(134.696)	(38.421)	(173.117)
(+/-) Transferência de classificação	51.351	(51.351)	-
(+) Rendimentos	29.253	9.571	38.824
(+/-) Ajuste ao valor justo	7.792	4.097	11.889
Saldo final em 31 de dezembro 2016	304.139	38.352	342.491
(+) Aplicações	115.658	50.352	166.010
(-) Resgates	(188.339)	(12.087)	(200.426)
(+) Rendimentos	27.949	5.415	33.364
(+/-) Ajuste ao valor justo	48	981	1.029
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	259.455	83.013	342.468

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão de prêmios não ganhos	191.063	179.122
Provisão de sinistros a liquidar	226.984	156.357
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	106.080	80.987
Provisão de excedentes técnicos	4.255	7.542
Total das provisões técnicas	528.382	424.008
Direitos creditórios	(126.600)	(101.457)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(1.109)	(870)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(28.852)	(15.849)
Recuperação de provisão de sinistros a liquidar - PSL	(125.785)	(76.104)
Provisão de prêmio não ganho de retrocessão	(26.419)	(41.941)
Provisão de excedentes técnicos	(788)	(2.415)
Total das exclusões	(309.553)	(238.636)
Total das provisões técnicas para cobertura	218.829	185.372
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Letras financeiras do tesouro - LFT	144.951	131.388
Notas do tesouro nacional - NTN	83.013	82.020
Quotas de fundos de investimento	52.385	34.740
Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	280.349	248.148
Suficiência	61.520	62.776

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios a receber - circulante	276.297	238.652
Prêmios a receber - não circulante	9.727	13.908
Total circulante e não circulante	286.024	252.560
Aging de prêmios a receber		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	13.995	16.745
De 31 a 60 dias	14.118	15.056
De 61 a 120 dias	12.077	10.109
De 121 a 180 dias	10.001	8.397
De 181 a 360 dias	205.766	185.398
Superior a 360 dias	9.728	13.908
Total de prêmios a vencer	265.685	249.613
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	3.058	1.072
De 31 a 60 dias	5.664	1.875
De 61 a 120 dias (a)	2.254	-
De 121 a 180 dias (a)	873	-
De 181 a 360 dias (a)	6.539	-
Superior a 360 dias (a)	1.951	-
Total de prêmios vencidos	20.339	2.947
Total de prêmios a receber	286.024	252.560
Recuperação de corretagem	55	3
Recuperação de sinistro efetivamente pago	32.860	5.739
Participações nos lucros a receber	5.943	9.200
Outros créditos a receber	1.782	1.105
Outros créditos das operações	40.640	16.047
Total circulante	316.937	254.699
Total não circulante	9.727	13.908
Total de crédito das operações	326.664	268.607
Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo inicial	252.560	243.955
(+) Prêmios emitidos	499.896	439.959
(-) Recebimentos	(466.432)	(431.354)
Saldo final	286.024	252.560

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, destacamos que o valor de prêmios vencidos acima de 61 dias não foi contabilizado como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia não considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber. Ressaltamos que R\$6.166 vencidos e alocados nas faixas de 121 a 180 dias, de 181 a 360 dias e superior a 360 dias referem-se a valores a receber de cedentes com as quais possuímos débitos pendentes de sinistros a liquidar superior ao total de prêmio a receber, o que permite a Companhia realizar uma compensação de contas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Ativos de retrocessão

	31/12/2017	31/12/2016
Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	28.852	15.849
Recuperações de sinistros pendentes de pagamento	125.785	76.104
Prêmios de retrocessão diferidos dos contratos emitidos	92.699	107.191
Outras provisões	788	2.415
Total geral	248.124	201.559
Total do circulante	225.352	175.355
Total não circulante	22.772	26.204

10. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$17.790 (R\$11.936 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a: (i) R\$7.811 (R\$6.761 em 31 de dezembro de 2016) referente aos créditos tributários do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$5.381 (R\$5.175 em 31 de dezembro de 2016) referente aos créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$4.598 referentes aos créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

11. Custos de aquisição diferidos

Grupo	31/12/2016	Constituição	Amortização	31/12/2017
Patrimonial	2.603	987	(576)	3.014
Aeronáuticos	554	1.082	(463)	1.173
Riscos especiais	116	470	(233)	353
Responsabilidades	205	53	(151)	107
Automóvel	210	2	(138)	74
Marítimos	94	148	(43)	199
Transportes	141	132	(125)	148
Riscos financeiros	123	52	(65)	110
Pessoas coletivo	320	79	(230)	169
Rural	147	139	(84)	202
Outros	265	180	(167)	278
Total circulante e não circulante	4.778	3.324	(2.275)	5.827

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Grupo	31/12/2015	Constituição	Amortização	31/12/2016
Patrimonial	3.002	748	(1.147)	2.603
Aeronáuticos	700	579	(725)	554
Riscos especiais	365	200	(449)	116
Responsabilidades	161	123	(79)	205
Automóvel	68	179	(37)	210
Marítimos	68	79	(53)	94
Transportes	378	8	(245)	141
Riscos financeiros	24	114	(15)	123
Pessoas coletivo	267	432	(379)	320
Rural	106	78	(37)	147
Outros	302	431	(468)	265
Total circulante e não circulante	5.441	2.971	(3.634)	4.778

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Equipamentos de informática	20%	127	79	(41)	(41)	124
Sistemas de telecomunicações	10%	49	-	-	(12)	37
Móveis, máquinas e utensílios	10%	85	-	-	(19)	66
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	16	-	-	(4)	12
Instalações		220	8	-	(24)	204
Total		497	87	(41)	(100)	443

	Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Equipamentos de informática	20%	205	10	-	(88)	127
Sistemas de telecomunicações	10%	61	-	-	(12)	49
Móveis, máquinas e utensílios	10%	104	-	-	(19)	85
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	20	-	-	(4)	16
Instalações	10%	-	241	-	(21)	220
Total		390	251	-	(144)	497

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2017
Direito de uso software terceiros	20%	421	74	-	(200)	295
Outros Intangíveis	20%	-	3.500	-	(700)	2.800
Total		421	3.574	-	(900)	3.095

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2016
Direito de uso software terceiros	20%	669	3	-	(251)	421
Total		669	3	-	(251)	421

14. Operações com resseguradoras

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de resseguro cedido	166.475	154.006
Comissão	(38.611)	(31.160)
Sinistros	14.829	-
Outros	29	40
Total circulante	142.722	122.886
Prêmios de resseguro cedido	15.637	21.724
Comissão	(6.376)	(8.720)
Total não circulante	9.261	13.004
Total circulante e não circulante	151.983	135.890

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros

	Provisão de resseguros		Parcela de retrocessão		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Patrimonial	45.736	37.497	(26.508)	(20.640)	19.228	16.857
Riscos especiais	4.372	4.078	(3.098)	(2.853)	1.274	1.225
Responsabilidades	2.961	8.312	(1.147)	(5.742)	1.814	2.570
Automóvel	33.615	14.652	(33)	(13)	33.582	14.639
Transportes	9.338	15.121	(7.771)	(13.249)	1.567	1.872
Riscos financeiros	41.626	54.528	(34.080)	(48.833)	7.546	5.695
Pessoas coletivo	9.976	11.387	(6.003)	(6.758)	3.973	4.629
Rural	6.558	6.570	(6)	(335)	6.552	6.235
Outros	21.125	16.021	(2.708)	(527)	18.417	15.494
Marítimos	4.290	4.639	(3.356)	(3.937)	934	702
Aeronáuticos	11.466	6.317	(7.989)	(4.304)	3.477	2.013
Provisão de prêmios não ganhos	191.063	179.122	(92.699)	(107.191)	98.364	71.931
Patrimonial	79.878	74.123	(48.247)	(41.331)	31.631	32.792
Riscos especiais	5.868	159	(2.820)	(5)	3.048	154
Responsabilidades	5.254	1.914	(1.679)	(70)	3.575	1.844
Automóvel	6.844	7.690	(194)	(194)	6.650	7.496
Transportes	29.812	25.395	(18.189)	(14.366)	11.623	11.029
Riscos financeiros	17.367	8.266	(12.863)	(6.820)	4.504	1.446
Pessoas coletivo	18.081	17.744	(7.125)	(6.169)	10.956	11.575
Pessoas individual	-	8	-	-	-	8
Rural	6.201	2.502	(937)	(826)	5.264	1.676
Outros	23.224	11.616	(589)	(575)	22.635	11.041
Marítimos	26.147	3.496	(25.525)	(3.104)	622	392
Aeronáuticos	8.308	3.444	(7.617)	(2.644)	691	800
Provisão de sinistros a liquidar	226.984	156.357	(125.785)	(76.104)	101.199	80.253
Patrimonial	10.699	8.519	(7.038)	(5.033)	3.661	3.486
Riscos especiais	378	308	(47)	(196)	331	112
Responsabilidades	1.221	855	(554)	(456)	667	399
Automóvel	13.017	16.018	(36)	(33)	12.981	15.985
Transportes	9.893	10.069	(1.878)	(1.690)	8.015	8.379
Riscos financeiros	3.566	476	(2.247)	(407)	1.319	69
Pessoas coletivo	18.027	7.695	(6.806)	(2.185)	11.221	5.510
Pessoas individual	417	22	-	(7)	417	15
Rural	6.142	6.680	(786)	(2.750)	5.356	3.930
Outros	33.044	26.965	(207)	(143)	32.837	26.822
Marítimos	2.156	436	(2.095)	(384)	61	52
Aeronáuticos	7.520	2.944	(7.158)	(2.565)	362	379
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	106.080	80.987	(28.852)	(15.849)	77.228	65.138
Patrimonial	165	623	(57)	(199)	108	424
Riscos especiais	-	4	-	(3)	-	1
Responsabilidades	124	110	(1)	(1)	123	109
Automóvel	1.427	2.320	-	(11)	1.427	2.309
Transportes	135	67	(53)	(27)	82	40
Riscos financeiros	1.674	2.217	(660)	(2.113)	1.014	104
Pessoas coletivo	116	471	(6)	(55)	110	416
Rural	39	5	-	(2)	39	3
Outros	564	1.685	(7)	-	557	1.685
Marítimo	10	9	(3)	(3)	7	6
Aeronáuticos	1	31	(1)	(1)	-	30
Provisão de excedente técnico	4.255	7.542	(788)	(2.415)	3.467	5.127
Total circulante	497.094	386.249	(225.352)	(175.355)	271.742	210.894
Total não circulante	31.288	37.759	(22.772)	(26.204)	8.516	11.555
Total geral	528.382	424.008	(248.124)	(201.559)	280.258	222.449

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
Provisões de sinistro e prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	226.984	(125.785)	101.199	156.357	(76.104)	80.253
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	106.080	(28.852)	77.228	80.987	(15.849)	65.138
Provisão total de sinistros	333.064	(154.637)	178.427	237.344	(91.953)	145.391
Provisão de prêmios não ganhos	191.063	(92.699)	98.364	179.122	(107.191)	71.931
Provisão de excedente técnico	4.255	(788)	3.467	7.542	(2.415)	5.127
Provisão total de prêmios	195.318	(93.487)	101.831	186.664	(109.606)	77.058
Total	528.382	(248.124)	280.258	424.008	(201.559)	222.449
Desenvolvimento das provisões de sinistros						
Em 1º de janeiro	237.344	(91.953)	145.391	201.644	(62.126)	139.518
Sinistros ocorridos no período	458.745	(158.781)	299.964	298.713	(61.275)	237.438
Sinistros pagos no período	(364.111)	98.104	(266.007)	(260.023)	30.896	(229.127)
Despesas relacionadas pagas	-	-	-	(83)	24	(59)
Salvados e ressarcimento pago	-	-	-	35	-	35
Variação cambial	2.542	(2.445)	97	(3.717)	760	(2.957)
Atualização monetária	(1.456)	438	(1.018)	775	(232)	543
No final do período	333.064	(154.637)	178.427	237.344	(91.953)	145.391
Desenvolvimento das provisões de prêmios						
Em 1º de janeiro	186.664	(109.606)	77.058	181.245	(113.855)	67.390
Prêmios emitidos no período	492.411	(134.562)	357.849	401.939	(136.797)	265.142
Prêmio ganho no período	(485.034)	151.261	(333.773)	(394.166)	139.776	(254.390)
Variação cambial	1.277	(580)	697	(2.354)	1.270	(1.084)
No final do período	195.318	(93.487)	101.831	186.664	(109.606)	77.058
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	156.357	(76.104)	80.253	128.823	(47.856)	80.967
Movimento	70.627	(49.681)	20.946	27.534	(28.248)	(714)
No final do período	226.984	(125.785)	101.199	156.357	(76.104)	80.253
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	80.987	(15.849)	65.138	72.821	(14.270)	58.551
Movimento	25.093	(13.003)	12.090	8.166	(1.579)	6.587
No final do período	106.080	(28.852)	77.228	80.987	(15.849)	65.138

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, em contratos automáticos a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Austral Resseguradora por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em dólar americano foram convertidos pela taxa de câmbio da data base de 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$3,308.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro

Ano de subscrição	Período de aviso						Total	
	0	1	2	3	4	5		6
2011	730	72.785	23.403	1.535	26	795	(1.291)	97.983
2012	7.663	104.548	36.190	11.573	2.226	6.442	-	168.642
2013	6.759	76.223	23.990	10.146	10.614	-	-	127.732
2014	76.228	173.184	25.991	1.360	-	-	-	276.763
2015	95.619	86.166	103.464	-	-	-	-	285.249
2016	164.700	121.468	-	-	-	-	-	286.168
2017	197.537	-	-	-	-	-	-	197.537
Total	549.236	634.374	213.038	24.614	12.866	7.237	(1.291)	1.440.074

Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Juros - judicial	-	-	-	-	694	775	(1.456)	13

Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Pagamentos	287	59.961	79.533	184.438	261.460	260.821	362.960	1.209.460
PSL	548.949	574.413	133.505	(159.824)	(247.900)	(252.809)	(365.707)	230.627

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de retrocessão

Ano de subscrição	Período de aviso						Total	
	0	1	2	3	4	5		6
2011	91	55.975	12.392	812	(352)	(236)	(159)	68.523
2012	742	51.373	6.932	59	(299)	4.413	-	63.220
2013	11.916	43.304	8.277	3.047	4.484	-	-	71.028
2014	68.232	118.004	8.282	2.119	-	-	-	196.637
2015	17.755	36.776	74.985	-	-	-	-	129.516
2016	11.910	42.550	-	-	-	-	-	54.460
2017	21.541	-	-	-	-	-	-	21.541
Total	132.187	347.982	110.868	6.037	3.833	4.177	(159)	604.925

Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Juros - judicial	-	-	-	-	206	232	(438)	-

Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Pagamentos	1	49.783	46.584	127.626	116.527	37.877	98.173	476.571
PSL	-	-	-	-	-	-	-	128.354

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Ano de subscrição	Período de aviso						Total	
	0	1	2	3	4	5		6
2011	639	16.810	11.011	723	378	1.031	(1.132)	29.460
2012	6.921	53.175	29.258	11.514	2.525	2.029	-	105.422
2013	(5.157)	32.919	15.713	7.099	6.130	-	-	56.704
2014	7.996	55.180	17.709	(759)	-	-	-	80.126
2015	77.864	49.390	28.479	-	-	-	-	155.733
2016	152.790	78.918	-	-	-	-	-	231.708
2017	175.996	-	-	-	-	-	-	175.996
Total	417.049	286.392	102.170	18.577	9.033	3.060	(1.132)	835.149
Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Juros - judicial	-	-	-	-	488	543	(1.018)	13
Em	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Pagamentos PSL	286	10.178	32.949	56.812	144.933	222.944	264.787	732.889 102.273

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é representado por 222.441.240 (211.100.409 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$10.700 com a emissão de 8.425.070 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,27 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$209.479 aumentou para R\$220.179, e o número de ações de 202.675.339 para 211.100.409 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.314, de 24 de fevereiro de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$14.289, com emissão de 11.340.831 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,26. Assim, o capital social de R\$220.179 aumentou para R\$234.468, e o número de ações de 211.100.409 para 222.441.240 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital ainda se encontra em aprovação pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 31 de março de 2017, foi deliberado o pagamento de dividendos no valor total de R\$22.000.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	25.840	33.789
Destinação para reserva legal	(1.292)	(1.690)
Base de cálculo	24.548	32.099
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.137	8.025
Valor dos juros sobre capital próprio creditado aos dividendos mínimos (*)	(19.108)	(20.165)
Juros sobre capital próprio adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	12.971	12.140

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais no montante de R\$16.242 (R\$17.140, líquido de imposto de renda retido na fonte) e no montante de R\$19.108 (R\$20.165, bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	282.294	282.575
Ativo intangível	(3.095)	(421)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	1.400	-
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	4.488	1.818
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	285.087	283.972
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	67.504	66.798
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	21.668	16.624
Capital adicional de risco de mercado - CRMerc	12.920	5.912
Capital adicional de risco operacional - CROp	3.594	2.641
Benefício da diversificação	(17.050)	(11.038)
Capital de risco - CR (b)	88.636	80.937
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	88.636	80.937
Patrimônio líquido ajustado	285.087	283.972
(-) Exigência de capital - EC	88.636	80.937
Suficiência de capital	196.451	203.035
Suficiência de capital - % da EC	221,64%	250,86%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão reconciliados, como se segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	35.818	35.818	44.973	44.973
Participações estatutárias no lucro	(3.563)	(3.563)	(2.421)	(2.421)
Juros sobre o capital	(19.108)	(19.108)	(20.165)	(20.165)
Base de cálculo	13.147	13.147	22.387	22.387
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes	(3.287)	(2.629)	(5.597)	(4.477)
Outras (adições)/exclusões permanentes	(615)	(27)	1.139	(50)
Variação cambial	459	367	(2.345)	(1.876)
Ajuste a valor de mercado	468	374	2.241	1.793
Outras provisões	223	179	(9)	(8)
(Adições)/exclusões temporárias	1.150	920	(113)	(91)
Deduções fiscais	131	-	280	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.621)	(1.736)	(4.291)	(4.618)
(Despesa)/receita de tributos diferidos	(1.150)	(908)	113	32
Total de receita/(despesa)	(3.771)	(2.644)	(4.178)	(4.586)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, a pagar aos acionistas de R\$1.952.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$687 (R\$657 em 31 de dezembro de 2016). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	281	40	(974)	(603)
Austral Participações S.A.	-	-	1.952	-	(19.108)	(20.165)
Braquiara Empreendimentos	-	-	38	37	(445)	(398)
Austral Seguradora S.A.	53.483	32.765	27.320	10.485	11.810	24.120
Administradores	-	-	-	-	(687)	(657)
Total	53.483	32.765	29.591	10.562	(9.404)	2.297

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Resseguradora opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são:

Grupos	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (a)		Índice de comercialização (b)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aeronáutico	13.005	9.967	118,73	39,45	10,76	10,49
Automóvel	41.531	8.343	38,53	119,71	0,65	2,54
Outros	136.376	121.322	140,66	140,41	0,64	1,74
Patrimonial	73.063	67.936	62,60	58,43	5,76	6,13
Pessoas coletivo	118.070	70.922	43,66	27,69	1,20	0,94
Pessoas individual	(82)	-	(493,07)	-	-	-
Riscos especiais	5.302	5.371	106,32	(4,84)	3,51	3,50
Responsabilidades	7.573	12.732	63,82	16,07	3,04	2,92
Riscos financeiros	45.829	43.199	46,58	6,86	0,25	0,11
Rural	18.994	21.753	102,85	73,37	2,60	1,91
Marítimos	3.834	6.278	864,84	38,29	3,31	1,94
Transportes	21.539	26.343	119,45	121,34	1,33	2,11
Total	485.034	394.166				

Grupos	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (a)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aeronáutico	3.666	3.094	5,81	9,25
Automóvel	41.497	8.540	38,56	119,15
Outros	134.625	120.562	141,49	140,50
Patrimonial	24.265	25.826	64,86	71,24
Pessoas coletivo	94.182	54.060	31,49	15,73
Pessoas individual	(42)	-	(973,52)	-
Riscos especiais	262	1.954	1.174,05	(5,58)
Responsabilidades	3.344	4.604	91,44	29,89
Riscos financeiros	7.343	2.050	(124,35)	39,79
Rural	19.126	22.644	109,59	68,83
Marítimos	731	977	81,72	(44,57)
Transportes	4.774	10.079	27,82	133,21
Total	333.773	254.390		

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR))/Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/Prêmio Ganho.

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Grupos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aeronáutico	18.018	11.096	(12.948)	(8.553)	5.070	2.543	28,14	22,91	71,86	77,09
Automóvel	59.601	23.110	(43)	188	59.558	23.298	99,93	100,81	0,07	(0,81)
Outros	139.887	125.301	(3.908)	(1.087)	135.979	124.214	97,21	99,13	2,79	0,87
Patrimonial	80.470	69.764	(54.304)	(43.856)	26.166	25.908	32,52	37,14	67,48	62,86
Pessoas coletivo	116.283	67.776	(23.072)	(18.818)	93.211	48.958	80,16	72,24	19,84	27,76
Pessoas individual	(82)	-	40	-	(42)	-	51,22	-	48,78	-
Responsabilidades	2.238	17.519	365	(12.509)	2.603	5.010	116,31	28,60	(16,31)	71,40
Riscos financeiros	32.295	23.580	(22.194)	(19.491)	10.101	4.089	31,28	17,34	68,72	82,66
Riscos especiais	5.523	3.140	(5.242)	(2.669)	281	471	5,09	15	94,91	85
Rural	19.014	21.927	463	989	19.477	22.916	102,44	104,51	(2,44)	(4,51)
Marítimos	3.414	7.589	(2.468)	(6.464)	946	1.125	27,71	14,82	72,29	85,18
Transportes	15.750	31.137	(11.251)	(24.523)	4.499	6.614	28,57	21,24	71,43	78,76
Total	492.411	401.939	(134.562)	(136.793)	357.849	265.146	72,67	65,97	27,33	34,03

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação--Continuação

Prêmio de retrocessão cedida por classe de resseguradora:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resseguradora local	564	3.400
Resseguradora admitida	78.031	70.071
Resseguradora eventual	55.967	63.322
Total	134.562	136.793

Prêmio de resseguro aceito e retrocessão aceita por classe:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Seguradora	462.905	374.205
Resseguradora local	304	550
Resseguradora admitida	22.508	26.273
Resseguradora eventual	6.694	911
Total	492.411	401.939

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2013, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Resseguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 1º e 2 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

21. Incentivo baseado em ações

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de *vesting*, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de *vesting*, dependendo do beneficiário, sendo a última data de *vesting* em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última data de *vesting* em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Resseguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 1º de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2016	10.924.986
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016	7.626.930
Totalidade de opções exercidas	450.590
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	8.980.039

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.474.396 opções em aberto representam uma diluição de até 4,30% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Resseguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Resseguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$2.431 (R\$2.273 em 31 de dezembro de 2016).

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmio de resseguros	465.770	360.149
Prêmio risco vigente não emitido	(2.865)	14.056
Retrocessões aceitas	29.506	27.734
Variações das provisões técnicas	(7.377)	(7.773)
Total	485.034	394.166

b) Sinistros ocorridos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Indenizações avisadas	(433.652)	(290.501)
Despesa com sinistro	(154)	(83)
Salvados e ressarcimentos	27.706	36
Variações de sinistros ocorridos, mas não avisados	(25.093)	(8.165)
Total	(431.193)	(298.713)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

c) Custos de aquisição

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Comissões	(10.574)	(9.446)
Variações de despesas de comercialização diferidas	969	(445)
Total	(9.605)	(9.891)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras receitas	1.544	961
Despesas de participações nos lucros com resseguro aceito	(30.982)	16.759
Outras despesas	(1.981)	(1.529)
Total	(31.419)	16.191

e) Resultado com retrocessão

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Sinistros ocorridos, mas não avisados	13.003	1.579
Despesa com sinistro	11	12
Recuperação de indenização	145.778	59.684
Salvados e ressarcidos	(18.663)	-
Outras receitas	7	-
Prêmio de retrocessão cedido	(134.562)	(136.793)
Receita com participação nos lucros	8.222	5.105
Variações de prêmio retrocessão cedido	(16.699)	(2.977)
Total	(2.903)	(73.390)

f) Despesas administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal próprio e encargos sociais	(7.609)	(6.376)
Localização e funcionamento	(2.904)	(2.448)
Serviços de terceiros	(3.541)	(4.272)
Depreciação e amortização	(1.041)	(395)
Publicidade e propaganda	(495)	(159)
Outros	(211)	(350)
Total	(15.801)	(14.000)

g) Despesas com tributos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas com COFINS	4.575	(3.949)
Despesas com PIS	1.047	(754)
Taxa de fiscalização	(877)	(1.077)
Outras	(410)	(506)
Total	4.335	(6.286)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

h) Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	34.828	41.128
Títulos disponíveis para venda	6.379	9.924
Com operações de resseguros	72.938	108.157
Outras receitas	9.223	4.610
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(6.831)	(4.081)
Títulos disponíveis para venda	(964)	(353)
Com operações de resseguros	(71.976)	(113.523)
Outras despesas	(6.229)	(8.965)
Total	37.368	36.897

23. Resultado por ação – básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC nº 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador lucro líquido do exercício	25.840	33.789
Denominador (em milhares de ações)	222.441	211.100
Lucro por ação básico	0,12	0,16
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador lucro líquido do exercício	25.840	33.789
Denominador considerando as opções de ações (em milhares de ações)	232.915	222.025
Lucro por ação diluído	0,11	0,15

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período.

O resultado por ação diluído é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período incluindo as opções de ações em aberto.

24. Evento subsequente

O aumento do capital social deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017 no valor de R\$14.289, com emissão de 11.340.831 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,26, foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 766, de 26 de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Responsáveis

Conselheiros

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ - nº 078781/O-0

Atuária

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2029

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 11.536.561/0001-26

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A., em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe, em seus aspectos mais relevantes, correspondência razoável dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679
ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57